



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

JOSÉ EDUARDO SOUSA CABRAL

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR CONTÁBIL
SOBRE O CONTROLE INTERNO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO-PB**

**SUMÉ - PB
2024**

JOSÉ EDUARDO SOUSA CABRAL

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR CONTÁBIL
SOBRE O CONTROLE INTERNO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.

**SUMÉ - PB
2024**



C117a Cabral, José Eduardo Sousa.

Análise da percepção dos profissionais do setor contábil sobre o controle interno na Prefeitura Municipal de Amparo - PB. / José Eduardo Sousa Cabral.
- 2024.

37 f.

Orientador: Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Profissionais contábeis. 2. Controle interno. 3. Setor contábil. 4. Prefeitura Municipal de Amparo - PB - controle interno. 5. Amparo - PB - controle interno. 6. Estudo de percepção. I. Silva, Luiz Antônio Coelho da. II. Título.

CDU: 35(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

JOSÉ EDUARDO SOUSA CABRAL

**ANÁLISE DA PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR CONTÁBIL
SOBRE O CONTROLE INTERNO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.
Orientador – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professora Ma. Mauricéia dos Santos Carvalho.
Examinador I – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Allan Gustavo Freire da Silva.
Examinador Interno – UAGESP/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 17 de maio de 2024.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiro a Deus pois tudo se realiza devido sua permissão e bondade com todos nós. Segundo, quero ser grato a minha turma que vem colaborando com meu o crescimento nesses períodos que estou estudando o curso de Tecnologia em Gestão Pública.

Em especial estendo minha gratidão ao meu amor minha noiva Laryssa, que tem me auxiliado e me conduzido no caminho da persistência e luta para superar todos os obstáculos e dificuldades.

Quero agradecer com carinho aos professores do curso de gestão que conseguiram me motivar a compreender melhor a respeito dessa ciência aplicada que é a Gestão Pública, além do conhecimento sobre as pessoas e o gerenciamento destas.

Ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Antonio Coêlho da Silva, por toda paciência que teve comigo, visto que meu trabalho apresentou algumas dificuldades durante a produção e pesquisa.

A minha família que é a base de tudo, minha mãe Erivânia in-memoria e minha tia Cibele Maciel in-memoria, duas pessoas que foram meus portos seguros na caminhada da vida.

Muito obrigado a todos que fizeram parte dessa trajetória!

Deus abençoe a todos nós!!!

RESUMO

O presente trabalho configura-se como um estudo de caso no setor contábil do município de Amparo-PB. Objetiva analisar a percepção dos profissionais do setor contábil do município, observando o conhecimento sobre controle interno, e como este é executado. Já os objetivos específicos visam verificar o conhecimento sobre controle interno, observando as melhorias do setor com a implementação da respectiva ferramenta, verificar a capacidade técnica dos profissionais, além de sugerir melhorias para gestão municipal. A metodologia utilizada se constitui como uma pesquisa descritiva e exploratória, de natureza qualitativa, haja vista à aplicação de questionários. Assim foi possível verificar que os profissionais consideram como muito importante o controle interno na administração pública, além de observa-se que os profissionais visualizam como positivo uma implantação do controle interno no município. A presente pesquisa teve como principal foco observar a caracterização dos profissionais da contabilidade municipal, sobre o controle interno e sua ausência. Nesse sentido, o trabalho sugerir melhorias para administração pública, ao expor os conceitos de controle interno e colocar à disposição dos profissionais para análise com a seguinte questão: como o setor conseguiria melhorar o desempenho fiscal e administrativo se o controle interno realmente estivesse em funcionamento no município de Amparo-PB. Por conseguinte, esse trabalho não finalizam com as necessidades de estudos no município, deixando espaço para novas pesquisas que irão surgir sobre a temática.

Palavras-chave: Profissionais contábeis; Controle Interno; Setor Contábil.

CABRAL, José Eduardo Sousa. **Análisis de la percepción de los profesionales del sector contador sobre el control interno en el municipio de amparo-pb.** (graduando no curso de tecnologia em gestão pública) - Centro de Desenvolvimento sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande- Campus de Sumé- Paraíba- Brasil, 2024.

RESUMEN

Este trabajo se configura como un estudio de caso en el sector contable del municipio de Amparo-PB. Tiene como objetivo analizar la percepción de los profesionales del sector contable del municipio, observando sus conocimientos sobre el control interno y cómo se ejecuta. Los objetivos específicos apuntan a verificar conocimientos sobre control interno, observando mejoras en el sector con la implementación de la respectiva herramienta, verificando la capacidad técnica de los profesionales, además de sugerir mejoras para la gestión municipal. La metodología utilizada es la investigación descriptiva y exploratoria, de carácter cualitativo, considerando la aplicación de cuestionarios. Así, se pudo verificar que los profesionales consideran muy importante el control interno en la administración pública, además de observar que los profesionales ven como positiva la implementación del control interno en el municipio. El objetivo principal de esta investigación fue observar la caracterización de los profesionales contables municipales, sobre el control interno y su ausencia. En este sentido, el trabajo sugiere mejoras para la administración pública, al exponer los conceptos de control interno y ponerlo a disposición de los profesionales para su análisis con la siguiente pregunta: ¿cómo podría el sector mejorar el desempeño fiscal y administrativo si el control interno estuviera efectivamente en funcionamiento? funcionamiento en el municipio de Amparo-PB por lo que este trabajo no termina con las necesidades de estudios en el municipio, dejando espacio para nuevas investigaciones que surjan sobre el tema.

Palabras-clave: Profesionales contables; Control interno; Sector Contable.

CABRAL, José Eduardo Sousa. **Analysis of the perception of accounting sector professionals about internal control in the municipal city of Amparo-pb** (graduando curso de tecnologia em gestão pública) - Centro de Desenvolvimento sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande- Campus de Sumé- Paraíba- Brasil,2024.

ABSTRACT

This work is configured as a case study in the accounting sector of the municipality of Amparo-PB. It aims to analyze the perception of professionals in the municipality's accounting sector, observing their knowledge of internal control and how it is executed. The specific objectives aim to verify knowledge about internal control, observing improvements in the sector with the implementation of the respective tool, verifying the technical capacity of professionals, in addition to suggesting improvements for municipal management. The methodology used is descriptive and exploratory research, of a qualitative nature, considering the application of questionnaires. Thus, it was possible to verify that professionals consider internal control in public administration to be very important, in addition to observing that professionals view the implementation of internal control in the municipality as positive. The main focus of this research was to observe the characterization of municipal accounting professionals, on internal control and its absence. In this sense, the work suggests improvements for public administration, by exposing the concepts of internal control and making it available to professionals for analysis with the following question: how would the sector be able to improve fiscal and administrative performance if internal control was actually in operation in the municipality of Amparo-PB. Therefore, this work does not end with the needs for studies in the municipality, leaving space for new research that will emerge on the topic.

Keywords: accounting professionals; Internal Control; Accounting Sector.

CABRAL, José Eduardo Sousa. **Analyse de la perception des professionnels du secteur comptable sur le contrôle interne dans la municipalité d'Amparo-PB** (graduando curso de tecnologia em gestão pública) - Centro de Desenvolvimento sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande- Campus de Sumé- Paraíba- Brasil, 2024.

RÉSUMÉ

Ce travail est configuré comme une étude de cas dans le secteur comptable de la commune d'amparo-pb. Il vise à analyser la perception des professionnels du secteur comptable de la commune, en observant leurs connaissances du contrôle interne et son exécution. Les objectifs spécifiques visent à vérifier les connaissances en matière de contrôle interne, à observer les améliorations dans le secteur avec la mise en œuvre de l'outil respectif, à vérifier la capacité technique des professionnels, en plus de suggérer des améliorations pour la gestion municipale. La méthodologie utilisée est une recherche descriptive et exploratoire, de nature qualitative, compte tenu de l'application de questionnaires. Ainsi, il a été possible de vérifier que les professionnels considèrent le contrôle interne dans l'administration publique comme très important, en plus d'observer que les professionnels considèrent comme positive la mise en œuvre du contrôle interne dans la municipalité. L'objectif principal de cette recherche était d'observer la caractérisation des professionnels de la comptabilité municipale, sur le contrôle interne et son absence. En ce sens, l'ouvrage suggère des améliorations pour l'administration publique, en exposant les concepts de contrôle interne et en les mettant à la disposition des professionnels pour analyse avec la question suivante : comment le secteur serait-il en mesure d'améliorer les performances fiscales et administratives si le contrôle interne était effectivement en place. Opération dans la commune d'amparo-pb par conséquent, ce travail ne s'arrête pas aux besoins d'études dans la commune, laissant place à de nouvelles recherches qui émergeront sur le sujet.

Mots clés: Professionnels comptables; Contrôle interne; Secteur Comptabilité.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	GESTÃO PÚBLICA, CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO.....	12
2.1	GESTÃO PÚBLICA E CONTABILIDADE PÚBLICA.....	13
2.2	CONTROLE INTERNO NA GESTÃO PÚBLICA.....	15
2.3	CONTROLE INTERNO NO MUNICÍPIO DE AMPARO-PB.....	17
3	METODOLOGIA.....	18
3.1	TIPO DE ESTUDO.....	18
3.2	LOCAL DE ESTUDO.....	19
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E AMOSTRA.....	19
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	21
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	21
4.2	UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE INTERNO	22
4.3	DEFINIÇÃO DE CONTROLE INTERNO PARA OS ENTREVISTADOS....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS.....	31
	APÊNDICE.....	34

1 INTRODUÇÃO

Na administração do setor público, observa-se que a contabilidade pública vem passando por intensas renovações que se constituem indispensáveis para continuidade da gestão pública. Com base nessa premissa, Costa et al. (2018), explica que o foco da contabilidade é no patrimônio público e transparência das informações como indutor do controle e da necessidade de está alinhada com as normas internacionais, direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público, para tornar a gestão transparente.

Dessa maneira, à informação contábil tem sido cada vez mais discutida com muita ênfase quanto a utilidade das informações nos processos de decisão e de controle no âmbito das organizações administrativas. De forma que essas discussões, revelam a necessidade da contabilidade ser usada como mecanismo de construção de um sistema de informação organizacional.

Nesse mesmo parâmetro, além de ser um objetivo da contabilidade, o fornecimento de informações sobre as modificações do patrimônio das organizações, se conceitua a existência da contabilidade como necessidade de se conhecer e controlar os componentes e as variações de patrimônio, e riqueza de forma necessária para a satisfação humana e da vida em sociedade (Oliveira, Müller & Nakamura, 2000).

De acordo com, Bordin e Saraiva (2005) ressaltam que o controle Interno (CI) é um mecanismo necessário para uma gestão que prioriza um máximo de qualidade e organização de informações geradas pelos usuários do sistema de CI, resultando no alto nível de segurança da informação.

Nas mesmas premissas os autores como Almeida (2010), Dias (2010), Moraes Júnior e Araújo (2013) e Faria (2014) reforçam que CI contribui na condução ordenada dos negócios das organizações, por motivo que o Controle interno representar um conjunto de procedimentos e rotinas que priorizam proteger ativos, gerar dados contábeis que ao estabelecer padrões melhorar as rotinas, de forma a evitar erro, e corroborando a encontrar falhas nos processos, como informações e atividades passadas de maneira descuidada, sem atentar-se com o nível da informação que resultaram no futuro.

Portanto, salienta-se que **o problema da pesquisa estará em qual será a percepção dos profissionais do setor contábil do município de Amparo-PB, com relação ao controle interno?**

De acordo com esse pressuposto, o objetivo geral da pesquisa tenciona conhecer a percepção dos profissionais do setor contábil do município de Amparo-PB, no tocante ao controle interno. Para além, os objetivos específicos buscam caracteriza o perfil dos servidores do município é identificar o conhecimento sobre o controle interno, observar as mudanças que a contabilidade pública municipal vai gerar com o controle interno sendo executado, entender a capacidade técnica de formação dos profissionais que trabalham no setor contábil do município e por fim, sugerir melhorias ao setor contábil.

A motivação para a pesquisa se deu em virtude da relevância sobre a temática abordada, de modo que o controle interno na administração consiga aumentar a eficiência na gestão corroborando para diminuição de erros e da corrupção. Dessa forma, o estudo é fundamental para se conseguir parâmetros acadêmicos a fim de que se haja mais pesquisas na área mencionada, como também é essencial para a sociedade do município conhecer aspectos do setor contábil da cidade.

Em linhas gerais, este artigo é fundamentado na preocupação de avaliar a execução do controle interno no setor contábil municipal, além de realizar uma análise coesa sobre o órgão municipal e sua aplicação, bem como o nível de conhecimento sobre o controle interno e todo seu parâmetro dentro da administração pública atual.

Todavia, apesar das menções citadas no município de Amparo não se visualiza nenhum investimento específico para essa área, e todas as atribuições do controle interno são básicas e mais voltadas ao acompanhamento de atividades de outros setores. Nesse caso, não existe nenhuma secretaria ou unidade de controle interno municipal, nota-se apenas a secretaria de administração e finanças, realizando um pequeno controle interno, mas sem amplitude ao ponto de não conseguir atender as demandas com excelência.

De forma que o presente trabalho, se diferencia dos demais trabalhos a respeito da análise específica do Controle Interno no setor contábil de um município de pequeno porte como o local de estudo da pesquisa.

Para tanto, realça-se que este trabalho está dividido nas seguintes seções: introdução, referencial teórico, metodologia, análise e discussão dos resultados, considerações finais, referências e apêndice.

2 GESTÃO PÚBLICA, CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO

Nesta seção consta o embasamento teórico, fundamental para a contextualização da temática em estudo, os dados sobre o município em análise, abordagens de questões como o controle interno, gestão pública, contabilidade pública e seus profissionais.

2.1 GESTÃO PÚBLICA E CONTABILIDADE PÚBLICA

Caracteriza-se como funções da gestão pública municipal, coordenar os bens públicos e sua devida prestação de serviços à sociedade. No que se refere a conceituação do termo gestão pública o mesmo é visto como todo ato de planejamento, organização, direção e controle dos bens e interesses públicos, sendo executados de acordo com os princípios da administração, sempre visando o bem comum (Santos, 2016).

Em conformidade com Nascimento (2014), a gestão pública municipal deve fazer parte do processo amplo de desenvolvimento, que aumente as melhorias da organização, dos métodos, da informação gerencial, da capacitação das pessoas, ganhando, um ritmo organizacional estratégico. Assim, entende-se que o gestor deve assumir uma liderança de modo que consiga desenvolver planos estratégicos que contribuam para o desenvolvimento da gestão.

Segundo Lima (2006), para uma gestão pública com excelência, se faz primordial a ampliação dos fundamentos que são obtidos através de uma maior publicidade dos recursos aplicados nas políticas públicas, a legalidade e a moralidade, estabelecidas diante da transparência realizada e as benfeitorias a própria população, desse modo atinge-se a excelência de toda ação realizada.

Pode-se então esclarecer que administração é o conjunto de fatores legais, cujo intuito é desenvolver políticas públicas que chegue à população de modo benéfico. Assim como afirma Meirelles (1998, p.82):

Em sentido lato, administrar é gerir interesses, segundo a lei, a moral e a finalidade dos bens entregues à guarda e conservação alheias. Se os bens e interesses geridos são individuais, realiza-se administração particular; se são da coletividade, realiza-se administração pública. Administração pública, portanto, é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do Direito e da Moral, visando ao bem comum.
(Meirelles1998, p.82)

Com relação a contabilidade pública, a Lei 4.320/64 desempenha um papel fundamental no marco da idealização de uma administração financeira e contábil mais consistente no Brasil. Nesse aspecto, foram estabelecidos regramentos, com a intenção de auxiliar o equilíbrio das finanças públicas, observando e aplicando orçamento público como uma peça administrativa importante para (Mcas, 2012; Perovano, 2014). Esta Lei auxilia o erário público devido ao fato de que seus artigos direcionam os procedimentos da contabilidade, fazendo com que o orçamento e controle sejam realizados de maneira correta.

Segundo Campelo et al (2012), a utilização da informação contábil não é uma tarefa fácil, uma vez que, como uma ciência social, a contabilidade modifica-se em consonância com a sociedade, sendo transformadas pelo ambiente no qual estão inseridas, de forma que as ordens econômica, política e social, precisam adequar-se às novidades. Assim, as mudanças irão influenciar nas informações dos usuários e suas demandas e todo o processo de decisão.

De acordo com o manual de contabilidade aplicada ao setor público (Mcas,2012), a contabilidade pública vai instrumentalizar o usuário da informação contábil para o conhecimento da sociedade na área da administração pública, apoiando o processo decisório. Para Andrade (2007), o gestor tem que trabalhar em conjunto com contabilidade na formalização de balanços, de maneira que comprove para a sociedade a forma correta e sua responsabilidade no uso do dinheiro público.

Nesse sentido, pode-se perceber que a contabilidade pública é essencial para o gestor administrar de modo eficiente e eficaz, realizando atos precisos e legais na administração pública em sua organização para com seus usuários.

Na opinião de Andrade (2013, p.8),

[...] a contabilidade, registra, permite o controle e análise dos atos e fatos administrativos e econômicos operados no patrimônio de uma entidade pública, possibilitando a geração de informações, variações e resultados sobre a composição deste, auferidos por sua administração e pelos usuários. Suas informações proporcionam o acompanhamento permanente da situação da entidade em questão, da sua gestão envolvendo o início, o meio e o fim. É um importante elemento auxiliar de controle para o atingimento dos objetivos e finalidades e permite uma constante auto avaliação e auto correção administrativa.

Para tanto, a contabilidade é todo processo de registro financeiro e administrativo da organização, proporcionando uma visão não só de números como

também de conceitos e uma formação de dados importantes para gestão pública. Nesse aspecto a contabilidade se torna imprescindível para uma administração de qualidade.

2.2 CONTROLE INTERNO NA GESTÃO PÚBLICA

Na administração pública dois aspectos relevantes merecem destaque, a contabilidade e a maneira que esta é aplicada na organização, para isso é importante estabelecer definições sobre o controle interno da gestão pública. Para José Filho (2008, p. 91), controle interno é:

[...] O conjunto de normas, rotinas e procedimentos, adotados pelas próprias Unidades Administrativas tais como Manual de rotinas, segregação de funções, determinação de atribuições e responsabilidades, rodízio de funcionários, limitação de acesso aos ativos, limitação ao acesso aos sistemas de computador e treinamento de pessoal, com vistas a impedir os erros, a fraude e a ineficiência.

Com base nesse preceito, compreende-se que esse conjunto de normas e procedimentos ajudam a gestão a evitar erros e melhorar seu desempenho no quesito transparência, o que contribui para o avanço da qualidade nos serviços públicos.

O conceito da terminologia Controle Interno (CI) é amplo e possui inúmeras definições, assim sendo, na perspectiva da Instrução Normativa nº 16, de 20.12.91, do Departamento de Tesouro Nacional, Controle Interno é:

O conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados utilizado como vistas a assegurar que o objetivo dos órgãos e entidades da administração pública sejam alçados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público (DTN, p. 68).

Na visão de Pereira Monteiro (2015), apesar de muitos conceitos, vai existir uma junção de pensamentos a respeito de como o controle interno é adotado dentro das organizações, esse pressuposto é uma iniciativa de diminuir os riscos durante os processos que são desenvolvidos na instituição. Colaborando com a discussão, Secchi (2013, p.10), afirma que o controle nada mais é que o “o conjunto de meios de que dispõe a Administração para cumprir a atribuição de reposição da ordem jurídica e da eficácia administrativa.” Dessa feita, define-se que o controle interno irá verificar

as ações para diminuir o aparecimento ou até mesmo a permanência de erros, garantindo o cumprimento das diretrizes administrativas.

Entende-se, portanto, que os grupos de controles se dividem em controles internos contábeis que são incorporados a salvaguarda dos bens, direitos, obrigações e legitimidade dos registros financeiros, e nos controles internos administrativos, destinados à competência da eficiência operacional e o cumprimento dos aspectos legais e toda observância das políticas, diretrizes, normas e recomendações da administração (Cruz; Glock, 2008).

Outra explanação sobre o assunto, é apresentada por Silva (2002, p. 05), onde ele cita que “sendo compostos pelo plano de organização e todos os métodos e medidas pelas quais uma organização controla suas atividades, visando alcançar os objetivos globais da organização”, os controles contábeis e administrativos vão realizar juntos o trabalho para garantir a execução das metas organizacionais e garantido os critérios fundamentais do controle.

Outro ponto importante é que o controle interno contribui de forma significativa com a organização, desde o plano inicial até as avaliações, como menciona Pederneiras et.al (2008, p.04), “o controle interno é inerente ao funcionamento da entidade. Sem controle interno, ou com controle interno fragilizado, a entidade fica sujeita aos descaminhos, aos desvios de recursos e a gestão fraudulenta” diante disso é essencial frisar que o uso do controle interno na administração pública é indispensável no acompanhamento de todos os processos, para proteger não só os interesses da organização, mas também minimizar riscos e garantir a integridade das operações e promover a confiabilidade das informações financeiras e operacionais.

O controle interno pode ser compreendido como uma ferramenta que é colocada em prática dentro das organizações, de modo que na estrutura interna haverá um setor responsável pela examinação de todas as ações dos gestores. Paulino (2018), destaca que esse instrumento irá apoiar na questão da orientação e inspeção, esclarecendo que por estar internamente dentro a organização se torna mais fácil realizar as fiscalizações.

2.3 CONTROLE INTERNO NO MUNICÍPIO DE AMPARO-PB

O controle interno no âmbito municipal é de suma importância para o bom andamento da administração pública, e necessário como é descrito na constituição de 1988, tendo a finalidade de manter a regularidade e legalidade em toda as atividades administrativas (Bliacheriene, 2016). Com esse mecanismo é possível a administração pública corrigir erros e conseguir anular fatos que sejam prejudiciais ao patrimônio, fazendo com que exista o autocontrole interno contido numa súmula do STF, expresso a seguir:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. (Súm. 473, STF)

O controle interno no município não possui uma lei específica que trate sobre a temática, porém o controle interno é mencionando em algumas leis municipais como por exemplo, a lei municipal Nº 110/2017, 03 julho de 2017, aponta no artigo 1º, que o controle interno municipal é exposto como uma das principais metas para o exercício de 2018. A Lei Nº113/2017, de 05 de dezembro de 2017, em seu artigo 5- descreve que “A gestão do plano plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreendera a implantação, monitoramento, avaliação e revisão de programas” artigo 6- “caberá ao poder executivo, com a orientação de um controle interno, estabelecer normas e procedimentos para se atingir os objetivos do artigo anterior”.

3 METODOLOGIA

Este tópico abordará a maneira como foi realizado o estudo, que tem dentre suas características a pesquisa empírica, com o método de estudo de caso. Os dados foram obtidos através da aplicação de questionário e também por meio de análise documental, bibliográfica, artigos científicos e sites da internet, todos relacionados com o referido tema. No tocante ao método da abordagem, essa pesquisa é classificada como qualitativa com enfoque descritivo exploratório.

3.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa, através de um estudo de caso, realizado na Prefeitura Municipal de Amparo-PB, no setor contábil municipal. Segundo Vergara (1990), estudo de pesquisa é denominado como “estudo circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento.

O artigo é categorizado quanto aos fins, como uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, de maneira aplicada, pois conforme Vergara (2007, p. 47), “é motivada pela necessidade de comparar e resolver algumas problemáticas concretas, assim tem a finalidade prática”. Conforme esse enfoque, o trabalho realizará uma comparação do setor contábil e sua necessidade de modificação.

No que diz respeito aos meios, o projeto se cataloga como uma análise de pesquisa de campo com suporte teórico em material bibliográfico porque segundo, Vergara (2007, p.48), é um “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.” Nesse aspecto será realizada uma revisão bibliográfica e pesquisa em trabalhos científicos disponíveis em plataformas de periódicos já publicados.

Assim, a pesquisa é vista como bibliográfica uma vez que se utiliza da análise e interpretação da literatura pertinentes ao contexto, sendo utilizado material principalmente de periódicos disponíveis nas plataformas digitais como SIELO e GOOGLE ACADÊMICO.

A partir das pesquisas a respeito de controle interno, gestão pública e contabilidade pública foram estabelecidos parâmetros para uma comparação e análise da temática, colocando em pauta a ideia da pesquisa exploratória, que segundo GIL (2008), são realizadas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Com isso, para responder à questão principal da pesquisa outrora mencionada, foram coletados dados importantes do município e setor contábil respectivamente.

3.2 LOCAL DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no município de Amparo, na Paraíba, localizado na região semiárida do estado, especificadamente no Cariri Ocidental, distante a 314(trezentos e quatorze) km (quilômetros) da capital João Pessoa. O município de Amparo-PB possui 2.234 (duas mil duzentos e trinta e quatro) habitantes, segundo o último censo demográfico em 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). O município abrange uma área de aproximadamente 122,094 km (cento e vinte e dois mil e noventa e quatro metros quadrados).

Assim, a escolha do município foi realizada pela premissa que não se possui o controle interno é pela necessidade de pesquisa no município na área da gestão pública e no setor contábil.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E AMOSTRA

Para Vergara (2007), a população de uma pesquisa é representada por vários fatores que possuem características comuns, ou seja, especificidades que representam os objetos de estudo. A amostra foi feita na Prefeitura Municipal de Amparo-PB e na secretaria de finanças, nesse sentido, são sujeitos da pesquisa os funcionários que fazem parte do setor contábil municipal, sendo composto por 02 (dois) funcionários efetivos e 01 (um) na assessoria externa de uma empresa de contabilidade privada, localizada em São José do Egito, onde 01 (um) funcionário realiza os serviços para o município de Amparo-PB.

Para viabilizar a coleta de dados foi elaborado um questionário (Ver Apêndice 01) que possuía 14 (quatorze) perguntas com que propuseram ao entrevistado uma análise sobre o conhecimento sobre o controle interno, além de proporcionar uma

visão da importância que o controle interno possui para o setor contábil do município em estudo. O questionário foi aplicado pessoalmente para 02 (dois) funcionários efetivos da administração, foi realizado no dia 16 de abril, e para o outro prestador de serviço foi enviado através do e-mail da empresa que é responsável por toda assessoria contábil municipal, o qual respondeu e enviou o questionário preenchido no dia 19 abril.

Das 14 questões elaboradas para obtenção das respostas da problemática da pesquisa, 7 questões foram fechadas com a intenção de obter o conhecimento dos entrevistados sobre o controle interno e contabilidade pública, e 3 questões abertas na intenção de observar o conhecimento sobre a possível melhoria que o controle interno traria para aquele setor. E as outras 4 questões de cunho pessoal para a contextualização do perfil dos profissionais como grau de formação, idade, e sexo e tempo de atuação no setor.

Portanto, os dados foram analisados numa comparação com a literatura é a realidade do município que foi realizado a pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O tópico a seguir terá como finalidade apresentar os resultados da pesquisa com base nas informações obtidas por meio da revisão bibliográfica e do questionário que foi aplicado junto aos funcionários do setor contábil municipal e do funcionário que presta serviços ao município. O respectivo capítulo estará dividido em três partes, onde realizar-se-á uma caracterização dos profissionais, logo em seguida uma análise das informações alcançadas pelo questionário aplicado sobre o controle interno. E por fim, uma comparação dos conhecimentos dos entrevistados sobre o controle interno

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Quanto ao perfil dos entrevistados, dois (02) eram homens e um (01) era mulher, ao serem questionados a respeito do grau de formação, notou-se que apenas o funcionário que presta serviço de assessoria ao setor contábil possui curso superior em contabilidade e pós-graduação em contabilidade pública.

Com relação aos demais, um funcionário tem ensino médio completo e outro dispõe de nível superior incompleto. A partir dessa fundamentação, pôde-se perceber que os dois funcionários efetivados não possuem qualificação técnica, mas um conhecimento prático, aquele que é adquirido no cotidiano por desempenharem aquela função. A seguir, o quadro 1 destaca essas informações.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

PERFIL	VINCULO AO MUNICÍPIO	GRAU DE FORMAÇÃO	Sexo
Entrevistado 1	Efetivo	Ensino médio completo	Masculino
Entrevistado 2	Efetivo	Superior incompleto	Feminino
Entrevistado 3	Assessoria	Curso superior	Masculino

Fonte: ELABORADA PELO AUTOR (2024).

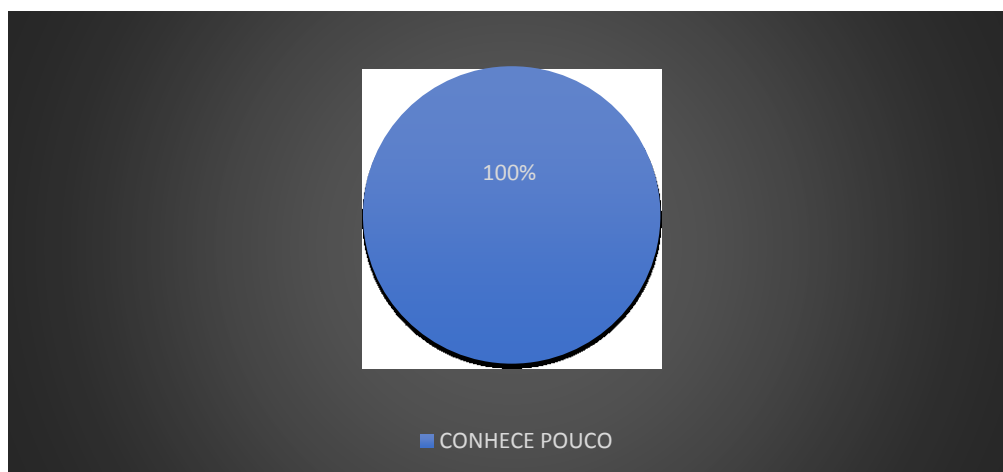
Dados da pesquisa, que foi levantado através do questionário relaciona-se ao tempo de serviço desempenhado naquela função e no setor do município, conseguiu-se identificar por intermédio dos dados que os dois funcionários efetivos possuem o mesmo tempo de serviço, entre 6 e 10 anos. Já o outro prestador de serviços afirmou que trabalha na área da contabilidade pública há mais de 20 anos, que o mesmo e formando em contabilidade.

4.2 UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE INTERNO

Nesta seção, buscou-se captar qual o grau de informação que os profissionais possuíam sobre o controle interno, para isso foi indagado na questão número 5 “**qual era o nível de conhecimento sobre o controle interno**”? As respostas dos participantes demonstraram que estes conheciam a temática de forma superficial.

Para tanto, considera-se que de maneira ampla o conhecimento dos prestadores de serviços do setor municipal a respeito do tema é mínimo, como pode ser ponderado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Conhecimento sobre o controle interno



Fonte: ELABORADO PELO AUTOR (2024).

Alicerçado neste resultado, notou-se a existência de uma problemática na percepção desses profissionais sobre o tema em destaque, algo que deveria ser importante e bastante discutido no setor contábil municipal, passa despercebido por

estes. Na visão do TCE-PB (PARAÍBA, 2009), a relevância dos controles internos na área pública deriva das seguintes necessidades:

- I. Garantir a “memória” do órgão que, não obstante a constante troca de seus gestores, decorrente de pleitos políticos, deve ter garantida a continuidade da sua existência;
- II. Garantir a padronização dos procedimentos de controle, independente da manutenção ou troca dos servidores que o operacionalizam, bem como dos gestores aos quais as informações são prestadas;
- III. Conhecer, a qualquer tempo, a instituição – receitas, despesas, resultados históricos, estrutura administrativa, pessoal, patrimônio etc.;
- IV. Acompanhamento, em tempo real, da programação estabelecida nos instrumentos de planejamento (Planos Plurianuais – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Leis Orçamentárias Anuais – LOA, Metas Bimestrais de Arrecadação – MBA e Cronogramas Mensais de Desembolso – CMD);
- V. Constante busca de equilíbrio nas contas públicas;
- VI. Exigência da correta aplicação administrativa e financeira dos recursos públicos;
- VII. Evitar fraudes, desvios e erros cometidos por gestores e servidores em geral;
- VIII. Busca do atingimento de metas de aplicação de percentuais mínimos e máximos impostos pela legislação em vigor.

Isto implica dizer que o setor se encontra com *déficit*, quando o assunto é conhecimento sobre controle interno, conseqüentemente, falta qualificação para estes servidores.

Outra questão observada na alternativa 6, é o entendimento dos profissionais acerca de qual área do controle interno eles consideram mais importantes na administração pública, unanimemente os três (3) entrevistados responderam que as áreas contábil e gerencial eram os ramos mais significativos para o controle interno.

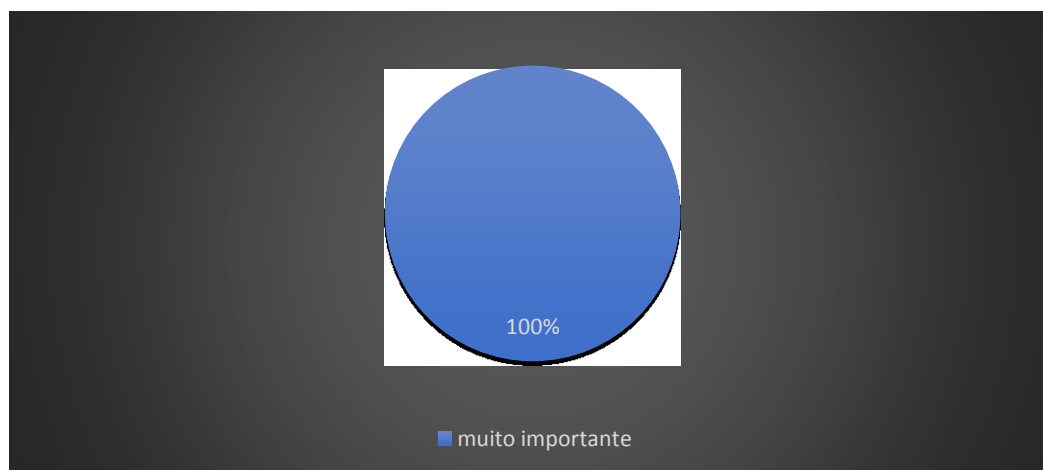
Posteriormente, foi elencada a pergunta 7, a qual os indagavam qual o setor no município eles achavam mais necessário para ter um bom controle interno, para esse questionamento houveram pensamentos distintos, cada um relatou um setor que seria mais viável, foram citados: departamentos de licitações e contratos, controle patrimonial, controle das disponibilidades, controle de contas a pagar e receber.

Para Fernandes (2001), o conjunto que forma o sistema do controle interno tem caráter intangível, determinando as normas e procedimentos que serão aplicados para

fiscalização dos atos da administração pública. O mesmo autor retrata que dependendo da complexidade do sistema de controle interno, poderá ser formado vários subsistemas, de modo que sejam interligados entre si, sendo realizado uma materialização no órgão central a fim de impedir irregularidades que maculem os atos administrativos.

Sequencialmente foi interrogado na questão 8 sobre a importância de um controle interno para o setor que eles atuam, abaixo o gráfico 2 mostra as ponderações feitas e analisa-se que de forma consonante todos consideram fundamental o uso dessa ferramenta no ambiente de trabalho.

Gráfico 2 - Importância do controle interno



Fonte: ELABORADO PELO AUTOR (2024).

A questão 9 buscou verificar qual seria o principal fator para administração optar na implementação do sistema de controle interno. Percebeu-se, que o entrevistado 1 respondeu que o principal fator corresponde às melhorias nas informações e rapidez não só pra os administradores, como também para a contabilidade. Já o entrevistado 2 destacou que, o fator principal seria a diminuição de gastos e despesas e aumento das receitas, consequentemente obtenção de resultados positivos para a empresa ou gestão.

O entrevistado 3 com perfil mais técnico e sendo ele responsável pela assessoria respondeu que, o controle interno, teria melhorias nas informações e rapidez para administração e para a contabilidade. Além disso, acrescentou o seu pensamento sobre porquê a administração do município de Amparo-PB deveria optar por implementar o controle interno. Assim, seus preceitos colaboram com ideais e

conceitos já trabalhados na presente pesquisa. Seguidamente descreve-se o posicionamento do entrevistado, conforme o que foi posto em resposta ao questionário:

“Aspecto legal, ou seja, há uma determinação constitucional e legal para que se tenha sistema de controle interno. Em segundo lugar é imprescindível o controle interno para que a gestão municipal possa identificar e prevenir prejuízos ao erário público, melhorando os processos internos.”

O entrevistado 3 relatou uma definição legal e constitucional da exigência da implementação do controle interno no âmbito municipal da cidade de Amparo-pb. Dessa forma, o controle interno está previsto em vários dispositivos legais, como na constituição Federal, lei federal da administração financeira (lei 4320/64), mas somente depois da aprovação da lei de responsabilidade fiscal, que os órgãos fiscalizadores e os gestores públicos começaram a demonstrar sua devida importância para o controle interno.

A lei de Responsabilidade Fiscal (LRF de 2000), foi um marco na administração pública brasileira por todas as novas práticas, apresentando regras claras e precisas no tocante ao controle de gastos e o processo de pagamentos públicos, aumentando o aspecto da transparência e exigência de publicidades de relatórios da execução orçamentária bimestralmente e de gestão fiscal, quadrimestralmente (Araújo e Loureiro, 2005).

Contudo, o aspecto ilegal da ausência de um controle interno no município é notório uma vez que não foi implementado, mesmo existindo várias regulamentações e obrigações em normas fiscais e administrativas, como é o caso da Lei de Responsabilidade fiscal.

4.3 DEFINIÇÃO DE CONTROLE INTERNO PARA OS ENTREVISTADOS

A pesquisa buscou através da questão 10, entender se no município de Amparo-PB existe uma lei municipal que trata sobre o controle interno, os participantes responderam não ter esse conhecimento da existência. Já na alternativa 11 foi perguntado sobre o cargo de controladoria ou auditoria, se no município havia esse cargo ou função parecida, a resposta foi unânime ao afirmarem que não existe nenhuma função administrativa e nem funcionários concursados para a controladoria do órgão interno.

Com isso, conseguiu-se observar que o município de Amparo-PB está sem uma regulamentação municipal adequada para que de fato consiga implementar o controle interno, dado que não possui lei que rege tal fato, e muito menos funcionários concursados que consigam desempenhar o papel de controlador e exercer esse controle.

A questão 12 solicitar que eles definissem como entendem a função do controle interno na administração pública. O entrevistado 1 afirmou que: “*o controle interno era essência, diante de tantas burocracias do sistema atual, ajudaria bastante no desenvolvimento interno*”.

O entrevistado 2 descreveu como sendo: “*eficácia e eficiência dos recursos públicos, quanto a informação financeira e controle das leis.*” Já o entrevistado 3 ampliou a conceituação da função do controle interno esclarecendo que:

“O controle interno tem a função de acompanhar os diversos processos na administração pública, detectando falhas e apontando possíveis correções para que haja mais eficiência e conseqüentemente evitando prejuízos ao erário público, trazendo conformidade legal e mais transparência”.

Assim, é importante destacar, que segundo Botelho, (2009), o controle interno vai se formar de uma responsabilidade do gestor, que deriva do dever-poder que a administração detém sobre seus próprios atos e agentes, envolvendo todas as áreas e processos administrativos de uma entidade, dessa forma, é preciso existir o controle exercido sobre os atos da administração e que estes estejam de acordo as normas legais e técnicas previamente estabelecidas.

Outrossim, o gestor é responsável por todos os processos da administração ou pela ausência dentro da organização de um procedimento ou processo de forma que o controle interno, é um compromisso do administrador, principalmente por ser uma ferramenta que busca auxiliar na gestão administrativa e fiscal da entidade.

A 13º pergunta do questionário se interessou em compreender como os entrevistados definem o controle interno existente no setor contábil do município. Em conformidade com as respostas chegou-se as seguintes alternativas postas no quadro

Quadro 2 - Controle interno no setor contábil

ENTREVISTADO	RESPOSTA DA PERGUNTA 13º
1	<i>“Tendo em vista as mudanças no setor licitatório (nova lei de licitação) um controle de produtos e fornecedores desenvolveria a relação entre as partes, assim fazendo o bom trabalho.”</i>
2	<i>“Resguarda a entidade pública por meio de orientação preventivas nas áreas contábil, financeira, econômica e patrimonial e administrativa.”</i>
3	<i>“O controle interno seria uma espécie de revisor dos diversos processos da contabilidade, averiguando especialmente as conformidades legais, a melhoria das informações para tomadas de decisão bem como as diversas prestações de contas aos órgãos de outras entidades estaduais e federais e de controle externo.”</i>

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR (2024).

Como exposto no quadro 2 os entrevistados compreenderam que o controle interno deveria ser executado na gestão para gerar melhorias de todo o processo administrativo e gerencial no município de Amparo-PB.

O controle interno é visto como todos os meios planejados para dirigir, restringir, administrar e conferir as atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos. Ou seja, o controle interno está dentro de um plano de organização e conjunto de elementos direcionado pelos métodos e medidas desejados pela organização com a intenção de preservar seu patrimônio, notando a sua fidedignidade dos fatos contábeis, de forma a resultar a eficiência operacional e motivação a obediência as diretrizes estabelecidas pela administração da organização (Attie, 2018).

Assim, a última alternativa foi a questão 14, onde deixou-se em aberto para que os entrevistados deixassem seus comentários, ou algum questionamento que não havia sido elencado no questionário, e eles pudessem expor suas opiniões a respeito do assunto tratado.

O entrevistado 1 optou por não comentar, enquanto os demais, deixaram suas opiniões sobre o controle interno no setor contábil que foi usado para a problemática da pesquisa. Para melhor compreensão as opiniões estarão dispostas no quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Opinião sobre controle interno

ENTREVISTADO	RESPOSTA DA PERGUNTA 14º
1	NÃO HOUVE OPINIÃO
2	“É muito importante a criação de controles internos para os municípios, principalmente por que tem o poder de controlar tanto despesas quanto receitas e assim facilitando o dia a dia do gestor público.”
3	“Os controles internos nas prefeituras de nossa região ainda são muito deficitários. Em Pernambuco, por exemplo, pelo menos existem os órgãos de controle interno em praticamente todas as prefeituras, mesmo que ainda não exerçam de forma como a legislação manda. Pior ainda no Estado da Paraíba já que muitas prefeituras sequer tem os órgãos criados e em funcionamento.”

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR (2024).

Após a exposição das explicações, identificou-se que os profissionais são cientes da importância do controle interno para administração pública, principalmente no que tange o setor contábil do município de Amparo-PB, explicitando a relevância dessa ferramenta para que a administração seja desempenhada de forma eficiente e transparente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado, evidenciou-se a compreensão a respeito da temática abordada sobre controle interno e sua respectiva definição, haja vista que pode ser compreendido como todo o processo que busca diminuir falhas administrativas, fiscais e operacionais nos processos construtivos da gestão, em uma organização. Para além, de acordo com o que foi observado através da pesquisa, identificou-se que os funcionários do setor contábil do município de Amparo-PB, não conhecem na prática o controle interno, apenas possuem ciência da sua função e as descrições existentes na literatura.

Com base no desenvolvimento do trabalho tornou-se possível responder a problemática da pesquisa, conseguindo-se entender como os profissionais visualizam o controle interno e suas técnicas para uma boa execução. À vista disso, os profissionais do setor contábil enxergam como positivo uma possível implementação do controle interno municipal, já que os mesmos entendem que esse mecanismo seria uma ferramenta para o auxílio da administração e suas atividades.

Assim, o objetivo geral o objetivo geral da pesquisa tenciona conhecer a percepção dos profissionais da contabilidade pública do município de Amparo-PB, no tocante ao controle interno. Mediante o questionário efetuou-se a verificação do grau de sabedoria dos participantes no que se refere o controle interno.

Atinente aos objetivos específicos do trabalho, que se constituiu em verificar o conhecimento dos profissionais da contabilidade pública do município de Amparo-PB a respeito do controle interno, percebe-se que os mesmos possuem instruções das definições sobre o controle interno, porém não têm a prática, visto que não exercem no setor tais funções, além da administração não possuir o controle interno estabelecido concretamente.

Apreciando-se as possíveis modificações que o controle interno traria para a gestão municipal caso fosse implementado, os profissionais pontuaram que ocorreriam melhorias e questionaram se a administração conseguiria colocar o controle interno para funcionar como ele é de fato. Em tese, este aparato possibilitaria celeridade para os processos, diminuindo erros e aumentando a transparência em seus atos administrativos.

Contudo, constatou-se que os profissionais por não possuírem uma formação acadêmica em gestão ou administração ou até mesmo em contabilidade poderiam enfrentar dificuldades nos processos administrativos. Entretanto, por portarem o conhecimento prático vivenciado no cotidiano e receberem qualificações por meio de treinamentos e consultoria especializada, irão conseguir desenvolver práticas que se adequem ao controle interno.

O último objetivo específico da pesquisa era sugerir melhorias para administração no setor contábil, nesse quesito os profissionais foram assertivos na análise que realizaram, onde as sugestões de aperfeiçoamento na gestão com o controle interno sendo executado de forma adequada, traria benefícios e aumentaria a confiança na administração.

A presente pesquisa teve como principal foco observar a caracterização dos profissionais da contabilidade municipal, sobre o controle interno e sua ausência. Nesse sentido, o trabalho conseguiu sugerir melhorias para administração pública, ao expor os conceitos de controle interno e colocar à disposição dos profissionais para análise com a seguinte questão: como o setor conseguiria melhorar o desempenho fiscal e administrativo se o controle interno realmente estivesse em funcionamento no município de Amparo-PB.

Isto posto, constatou-se que o estudo realizado não conseguiu concluir a problemática da ausência do controle interno nas administrações públicas, em especial no município de Amparo-PB. Porém, cabe acrescentar que as pesquisas e estudos nessa área não se esgotam, podendo ser feitos novos trabalhos a esse respeito no intuito de compreender a legislação vigente e contribuir com a gestão pública municipal.

Diante disso, salienta-se que o respectivo trabalho cumpre com as necessidades de estudos na área administrativa do município de Amparo-PB, abrindo espaço para novas perspectivas que deverão surgir no contexto do controle interno no setor contábil, para que se possa ter olhares diferenciados por parte dos gestores municipais ao setor que é considerado de suma importância para qualquer administração pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Administração pública municipal em Curitiba com a aplicação do método OKA — **Auditoria**: um curso moderno e completo. 7. Ed. São paulo: atlas. São Paulo: Atlas, 2007.

ANDRADE,. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**: Métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. 415 p. ISBN 9788522468706

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2013

ARAUJO, LOUREIRO, M.R. **Por uma metodologia pluridimensional de avaliação da LRF**. Revista de Administração Pública – RAP, Rio de Janeiro: FGV, Nov/dez 2005.

ATTIE, Willian. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BLIACHERIENE,. **Controle da eficiência do gasto orçamentário**. Belo Horizonte: Fórum. Acesso em: 26 mar. 2024., 2024

Bordin, p; saraiva, c. J. (2005). O controle interno como ferramenta fundamental para a **revista brasileira de contabilidade e gestão** – rbc&g, issn: 2316-4190 v.11, n.20, p. 001-014, jun. 2022.

BOTELHO, Milton Mendes. **Manual de Controle Interno – Teoria e Prática**. Editora Juruá, 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 22 fev. 2024.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Súmula n.º 473. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 26 fev.2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União Diretoria de Métodos de Procedimentos de Controle. Critérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública **Um estudo dos modelos e das normas disciplinadoras em diversos países**. Disponível em:<[http:// portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056688.>](http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056688.>). Acesso em: 22. fev. 2024.

Brasileiras e distrito federal. **Revista de contabilidade** da ufba, salvador-bahia. V. 12, n. 1, pág.74-92, jan-abr.2018. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/324487158>>. Acesso em: 22. fev. 2024.

BRAUN, Carla Cristine; MUELLER, Rafael Rodrigo. A gestão do conhecimento na Campelo, K S.; Libonati, J.J. Dos Santos, R. & Lagioia, U.C.T. (2012). Características qualitativas da informação contábil: uma análise do grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro. **Revista de Negócios**, 16(4), 11-29.

CAVALCANTE, m.c.n. & de luca, m.m.m. (2013). **Controladoria como instrumento de governança no setor público**. Revista de educação e pesquisa em contabilidade (repec), 7(1), 73-90.

CAVALHEIRO, J.B. & Flores, P.C. (2007). **A organização do sistema de controle interno municipal**. CRC/RS, n. 4.Consultoria, 2016. Disponível em:<<https://www.fm2s.com.br/gestao-em-empresas-depequeno>>. Acesso em:18 fev.2024.

CRUZ, Flávio da. GLOCK, Osvaldo José. **Controle interno nos municípios: orientação para implementação e relacionamento com os tribunais de contas**. 3. Ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

FARIA, j. A.de *et al.* (2014). **As percepções dos profissionais de contabilidade a respeito do controle interno como ferramenta gerencial em micro e pequenas empresas**: um estudo na cidade de serrinha - bahia. *Anais do congresso brasileiro de custos - abc*. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3664>>. Acesso em: 10 de mar.2024

FERNANDES, Maria Luciene Cartaxo. **Sistema de controle interno**. Disponível em:<<http://citadini.com.br/atuacao/2001/tcepe0011.htm>>Acesso em:02 maio.2024. Fidedignidade das informações contábeis. **Revista eletrônica de contabilidade**, santa maria, v. 2, n. 3, p. 199-218. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/198109466224>>. Acesso em: 20 mar.2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JOSÉ FILHO, Antônio. **A importância do controle interno na administração pública**. Diversa. Ano I – nº 1, p. 85-99. Jan/jun., 2008.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. Excelência em Gestão Pública. Recife: Fórum Nacional de MCASP. (2012). **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 5. Ed. Brasília: STN.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo, Ed. Malheiros Editores LTDA, 23. Ed, p. 56, 1998.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29 ed. São Paulo: Malheiros editores LTDA, 2004. p. 88.

MORAES JÚNIOR, v. F.; araujo, a. O. (2013). **Características do controle interno nas em-presas contábeis**. *Rrcf*, fortaleza, v.4, n.1, jan./jun Disponível em <<https://institutoateneu.com.br/ojs/in-dex.php/rrcf/article/download/58/65>>. Acesso em: 18 fev.2024

NASCIMENTO, E. R. **Gestão Pública**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

OLIVEIRA, a.g.d.; müller, a.n. & nakamura, w.t. (2000). A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. *Revista fae*, 3(3), 1-12.

PARÁIBA. Tribunal de Contas do Estado. **Cartilha de orientações sobre controle interno**. João Pessoa: TCE/A União, 2009.

PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macedo et. Al. **Marcos regulatórios do controle interno: Um estudo na ambientação com o controle externo e o controle social no Brasil**. Base – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos. 2018. Disponível em:<<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/base/article/>>. Acesso em: 22 fev.2024

PEREIRA, Monteiro Renato. Análise do sistema de controle interno no Brasil: objetivos, importância e barreiras para sua implantação. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, vol. 12, núm. 25, enero-abril, 2015, pp. 159- 188. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Disponível em:<<https://www.redalyc.org/pdf/762/76238832008.pdf>> Acesso em: 18 fev.2024.

PEROVANO, D.G. (2014). **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Curitiba: Juruá.

SANTOS, V. **Os desafios da Gestão em Empresas de Pequeno Porte**. FM25 Educação e SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Pedro Gabriel Kenne da. **O papel do controle interno na administração pública**. ConTexto, Porto Alegre, v.2,n.2,1ºsemestre2002.Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/download/11555/6784>>. Acesso em: 22 fev.2024.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**, 2007.

APÊNDICE - 1 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - CDSA
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O presente questionário é um dos elementos para o trabalho de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública CDSA/UFCG como necessário para obtenção do **Certificado de Grau Superior em Gestão Pública**, que deverá subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo, cujo objetivo central é **UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE PÚBLICA A RESPEITO DA IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO-PB NO SETOR CONTÁBIL** (estudo de caso). Contamos com a sua colaboração no sentido de responder esse **questionário** com precisão e prontidão ao roteiro aqui elaborado. Cabe destacar o sigilo relativo aos participantes, que neste estudo não há respostas certa ou errada, bem como não haverá individualização de respostas. Esteja certo de que a sua participação é muito importante para o êxito dessa pesquisa. Cientes de sua valiosa contribuição, agradecemos antecipadamente.

Jose Eduardo Sousa Cabral. E-mail: eduedificacao@gmail.com

Msc. Luiz Antônio Coêlho da Silva. Prof. orientador. E-mail: luidd@yahoo.com.br

QUESTIONÁRIO: AMPARO-PB

Responsável pelo preenchimento: _____

Cargo/Função: _____

Telefone: _____ **E-mail:** _____

1º Grau de instrução:-----

2º Sexo:

Masculino

Feminino

3º Qual sua idade?

Entre 20 a 25 anos

Entre 26 a 30 anos

Entre 31 a 35 anos

Entre 36 a 40 anos

Acima de 40 anos

4º Quanto tempo atua como prestador de serviços como profissional da área contábil?

Até 5 anos

De 6 a 10 anos

De 11 a 15 anos

De 16 a 20 anos

Acima de 20 anos

5º Qual o seu nível de conhecimento sobre controle interno?

Conhece bem

Conhece pouco

Desconhece

6º Qual área de direcionamento do controle interno você considera mais importante?

Fiscal

Contabilidade/ Gerencial

Auditoria

outra (s) Descreva:

7º Qual departamento você considera mais importante se ter um bom controle interno?

- Controle de estoque
 - Controle do contas a pagar/ receber
 - Controle de impostos
 - Controle das disponibilidades
 - Controle dos resultados
 - outra (s) Descreva
-

8º Para você, qual a atribuição do nível de importância dos controles internos para a administração municipal e principalmente para o setor contábil que você atuar?

- Extremamente importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Nada importante

9º Para você, qual o principal fator para a administração do município **optar** para implantação de um sistema de controle interno?

- Melhores informações e rapidez para os Administradores e para a contabilidade.
 - Informações mais confiáveis para facilitar as tomadas de decisões.
 - Encontrar fraudes.
 - Diminuição de gastos/ despesas e aumento das receitas, conseqüentemente obtenção de resultados positivos para a empresa.
 - outra (s) Descreva
-

10º Você tem o conhecimento da existência de uma lei municipal que se trata sobre o controle interno no município?

- sim
- não

11º A Prefeitura Municipal possui em sua estrutura uma carreira ou cargo específico de Auditor/Controlador Interno ou equivalente? (Cargo efetivo de provimento por concurso público exclusivo para a área da Controladoria/Auditoria.)?

- sim
- não

12º Com suas palavras definam, como você entende o que significa a função do controle interno na administração pública?

13º Explique como no setor contábil e executado o processo que você entende como controle interno, e cite as principais melhorias para o setor e se realmente o controle interno fosse implantado da forma correta?

14º Se deseja faça o comentário ou algum questionamento que não foi abordado nas questões a cima ficando a vontade para expor sua opinião sobre o assunto do trabalho. Fiquem à vontade!

Obrigado pela colaboração!